

Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF)

Número 33 / Novembro, 2022

Este boletim é uma síntese da avaliação realizada no âmbito do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Gastos Diretos - CMAG do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Pública - CMAP.



Entre as variadas políticas formuladas para enfrentamento da seca no Nordeste Semiárido, destaca-se o projeto de transposição do Rio São Francisco, oficialmente denominado “Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF)”. Essa é a maior obra de infraestrutura hídrica do País, dentro da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). O PISF é composto por dois eixos principais de transferência de água, pela rede de ramais complementares e pelas obras associadas, garantindo a segurança hídrica de 12 milhões de pessoas em aproximadamente 390 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba (receptores).

Os recursos para obras e investimentos aplicados no PISF somaram R\$ 12,4 bilhões. Por sua vez, as despesas com operação e manutenção podem alcançar cerca de R\$ 600 milhões por ano. Além da implementação das obras, o sucesso da política depende do adequado funcionamento de seu multifacetado arranjo gerencial voltado para operacionalizar o PISF.

Atores da Avaliação

Coordenação: CGU

Execução: CGU e IPEA

Gestor da Política: SNIH/MDR

Supervisão: DEAP/SETO/ME

Aspectos Avaliados



Avaliação de Implementação e Governança:

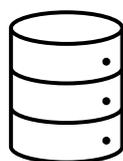
O modelo de gestão do PISF para a etapa de operação e manutenção é adequado? Sua implementação está sendo bem conduzida?

Avaliação de Implementação: Quais as causas e consequências dos eventuais atrasos nos estudos ou obras referentes aos ramais principais e projetos associados do PISF?

Avaliação de Impacto: Qual é o impacto potencial do empreendimento na segurança hídrica da região?

Avaliação de Impacto: Quais são os potenciais impactos socioeconômicos do PISF? Quais iniciativas podem potencializar tais impactos?

Sistema e Bases de Dados



- Bases dos Censos Demográficos 2000 e 2010, Estimativas e projeções da população, e PIB dos

municípios do IBGE.

- Base de Usos Consuntivos da Água no Brasil (1931-2030); base de dados do Índice de Segurança Hídrica da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).
- Base de dados Vis Data 3.0 Beta do Ministério da Cidadania.
- Matriz de Dados do Crédito Rural, do Banco Central do Brasil.
- Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR).
- Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH).
- Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR).
- Sistema Nacional de informações sobre saneamento (SNIS).

O que foi encontrado



- Arranjo institucional para a gestão do projeto está formalmente estruturado e implementado por meio de Decreto. Esse arranjo normativo incute à estrutura de governança instabilidade e limitações, pois gera perda na arena decisória para a solução de conflitos entre a operadora federal e os estados receptores.
- Inexiste no âmbito do PISF gestão de riscos e controles internos de forma estruturada e sistêmica, que atue de forma continuada, em todas as fases do projeto.
- Atrasos e dificuldades para a formalização de acordos para o pagamento

de adução da água e o início efetivo da fase de operação comercial do empreendimento. Esse resultado ocorre em função dos atrasos na implantação dos ramais associados do PISF, e das dificuldades técnicas e de gestão específicas de cada governo estadual.

- Baixos níveis de segurança hídrica em praticamente toda a região beneficiada pelo PISF e em relação a praticamente todos os usos consuntivos (uso humano urbano, uso rural, uso agrícola, uso industrial).
- Considerando as vazões base previstas (de 10 m³/s e de 16,4 m³/s, respectivamente, para os eixos Leste e Norte), observam-se prováveis impactos positivos do PISF para as regiões atendidas no médio prazo, 2041. Entre eles, destaca-se a provável capacidade de suprimento de água para atender aos déficits de demandas de usos prioritários (uso humano e dessedentação animal) nas áreas de influência de ambos os eixos. Também, vislumbra-se impacto positivo à saúde pública, em função da possibilidade de a oferta hídrica exógena proporcionada pelo PISF permitir redução na adução pelas redes gerais de distribuição municipais de água de menor potabilidade (salobra, salgada, salina).
- Em função do custo elevado para permitir a conexão das residências de toda a população rural dispersa pela região com alguma rede de distribuição ou reservatório beneficiado pelo PISF, estima-se que apenas uma pequena parcela dessa população (aquela mais próxima aos canais da transposição) será abastecida diretamente com recursos hídricos provenientes do São Francisco.
- Na Área de Influência (AI) do eixo Leste, a expansão de área irrigada (entre 4 e 5 mil hectares adicionais) será possibilitada pela transposição do São Francisco, considerando

a vazão firme. Já no caso do eixo Norte, as estimativas apontam para oferta hídrica para irrigação apenas no caso de captação de água no São Francisco de vazão superior a 16,4 m³/s, ou seja, a depender do volume armazenado em Sobradinho.

- Alguns dos impactos frequentemente atribuídos ao PISF são parcialmente dependentes de determinadas obras complementares no Nordeste. Elas estão listadas no Programa de Segurança Hídrica Setentrional, como a ligação de reservatórios e açudes à infraestrutura principal do PISF.

- O Programa Cisternas (PC) é uma das iniciativas que podem potencializar os impactos do PISF. O PC foi praticamente paralisado em anos recentes em função de restrições orçamentárias, apesar da existência de grande número de famílias demandantes do equipamento.

- Na agricultura, foram observados indícios da sua baixa produtividade na região e do relativo atraso tecnológico. Entre os motivos, identificam-se: menor cobertura relativa de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); relativa estabilidade orçamentária do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); e significativo decréscimo orçamentário no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

- Quanto à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), evidencia-se certo descompasso entre a abrangência dos objetivos estabelecidos para o desenvolvimento da AI PISF e a limitação

 setorial dos projetos concretos incluídos neste (quase todos limitados ao setor agropecuário).

- E quanto ao Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), observou-se significativa

concentração dos recursos em um número reduzido de municípios. Inclusive, concentração dos recursos em um pequeno número de municípios classificados como de alta renda (portanto não prioritários para a política regional).

Recomendações Aprovadas pelo CMAP



Recomenda-se ao MDR: a partir de estudos complementares e eventuais consultas públicas, apresentar à Casa Civil proposta de lei para o sistema de gestão do PISF.



Recomenda-se ao MDR: implementar a gestão de riscos do PISF de forma estruturada e continuada.



Recomenda-se ao MDR: criar mecanismo de monitoramento dos déficits de demanda hídrica, de modo a subsidiar o processo decisório de operação do PISF.



Recomenda-se ao MDR: ampliar a transparência ativa de dados relacionados ao:

- estágio de implementação dos projetos de infraestrutura complementar ao PISF;
- acesso de água bruta pela população local nos portais do PISF; e
- cumprimento das medidas de mitigação e compensação pelos potenciais impactos ambientais do PISF.

Recomenda-se ao MDR: reavaliar os planos de desenvolvimento regional, em especial o plano da agricultura irrigada, considerando as mais recentes estimativas de impactos do PISF para a definição das ações e metas relacionadas à expansão da área irrigada.

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário-Executivo

Marcelo Pacheco dos Guarany's

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento

Esteves Pedro Colnago Júnior

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento Adjunto

Julio Alexandre Menezes Da Silva

Diretor de Avaliação de Políticas Públicas

Sérgio Calderini

Assessor da Diretoria

Luiz Alberto D'Avila de Araujo

Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas

Nelson Leitão Paes

Igor Geracy

Giovani Machado

Ana Cristina Secchi Correia

Coordenação-Geral de Articulação de Gasto Direto - COART

Wilsimara Maciel Rocha

Roberta da Silva Vieira

Henrique Chaves Faria Carvalho

Ana Paula Piedade Pedrosa

Coordenação-Geral de Avaliação de Gasto Direto – COAG

Artur Henrique da Silva Santos

Carlos Henrique Rosa

Jossifram Almeida Soares

Fernando Lima Madeira

Coordenação-Geral de Avaliação de Benefício Financeiro e Crédito – CFIC

Carlos Renato de Melo Castro

Leonardo Carvalho de Mello

Filipe Tomaz Figueiredo Duarte

Elton Menezes do Vale

Coordenação-Geral de Avaliação de Benefícios Tributários – CGAT

Rodrigo Leandro de Moura

Rafael Luis Giacomini

Ronan Luiz da Silva

Cíntia Beatriz Fonseca



Para mais informações sobre esta avaliação, acesse os relatórios completos e notas técnicas disponíveis no site ou aponte o celular para o qr code:

WEB: bit.ly/DEAP-SETO

(61) 3412-2264

E-mail: seto@economia.gov.br